

Confiante na vitória, Leônidas viajará

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, viaja depois de amanhã para a China, confiante que a Assembleia Nacional Constituinte não deverá aprovar qualquer ampliação da anistia, cujo texto, acredita-se, só será votado na próxima semana. A informação foi dada ontem pelo chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, general Carlos Lacombe.

A viagem do ministro do Exército à China, prevista há vários meses, quase chegou a ser adiada em função da preocupação com a ameaça da ampliação da anistia aos militares cassados em 1964, através de emendas e destaques ao texto do Centrão, que merece o apoio do general Leônidas Pires Gonçalves.

A viagem, segundo o Centro de Comunicação Social, faz parte de um acordo de cooperação científica e tecnológica entre os dois países. O general Leônidas Pires, primeiro-ministro militar brasileiro a ser convidado à China, visitará autoridades e instalações militares daquele país.

NEGÓCIOS

Apesar de não haver muitas possibilidades de ser fechado qualquer contrato nesse primeiro contato, soube-se extra-oficialmente que a indústria militar chinesa oferece negócios na tecnologia de defesa costeira, além de canhões de 152



Protásio Nêne - 5/6/88

Moreira, Couto, Leônidas e Ivan se tranquilizam

mm (o Exército brasileiro usa projéteis de 155mm, mas a tecnologia de fabricação é a mesma) e um avançado curso de montanhismo.

Já existem contatos entre uma empresa paulista de computadores e o governo chinês para a fabricação, no Brasil, de um míssil antiaéreo (o HM-5) que pode ser lançado dos ombros de um soldado, para defesa de tropa de infantaria.

O ministro, segundo seus assessores, deve ficar cerca de 10 dias

fora do País, pois regressará pela França, onde, convidado pela indústria Aeroespacia, irá conhecer as instalações da empresa que foi a vencedora na licitação de produção de helicópteros para a aviação do Exército brasileiro.

CAUTELA

Os líderes peemedebistas no Senado, Fernando Henrique Cardoso, na Câmara, Ibsen Pinheiro, e na Constituinte, Mário Covas, mostra-

ram-se ontem cautelosos diante das declarações do general Leônidas Pires Gonçalves, contrárias à ampliação da anistia. Ibsen disse acreditar que o ministro só pode ter falado em seu nome, ou do governo, "nunca pelas Forças Armadas". Mário Covas assinalou que o general Leônidas também ocupa funções políticas, e Fernando Henrique admitiu que suas declarações influenciam a Constituinte e, por isso, deveriam ser evitadas "porque não ajudam a democracia".

O senador Mário Covas ressaltou que será difícil a ampliação da anistia aprovada pela Comissão de Sistematização, cujo texto foi praticamente repetido pela emenda do Centrão. Ele lembrou que somente através de uma emenda isso seria possível, com o apoio de no mínimo 280 constituintes, o que Covas considera quase inviável.

Além da questão da anistia, as Disposições Transitórias da Constituinte podem encontrar a oposição dos setores militares também no artigo que concede pensão de 2º tenente (72 mil cruzados) aos membros das Forças Expedicionárias Brasileiras (FEBs) e aos ex-combatentes que guardaram as ilhas oceânicas e o litoral brasileiro durante a II Guerra Mundial. A esse artigo encontra-se atrelada uma emenda que estende as mesmas vantagens e direitos aos participantes das FEBs na República Dominicana, em 1965, e no Canal de Suez, a partir de 1956.

Lobistas atuam até no banheiro

Mais ativos do que nunca, os lobistas não esqueceram nem mesmo os banheiros do Congresso para seu campo de atuação. "Aconteceu comigo", revelou ontem o senador Jarbas Passarinho. Insistindo em que "não era brincadeira", o líder do PDS contou: "Enfiaram um papel no bolso do meu paletó para estudar um determinado assunto".

A experiência serviu para o senador ressaltar que é perfeitamente natural o lobby das Forças Armadas contra a anistia dos militares. Os grupos de pressão, em sua opinião, fazem "um jogo limpo" e estão a serviço de todos os partidos e segmentos sociais. O senador não acredita na possibilidade de um acordo envolvendo as partes antagônicas na questão da anistia. E lembra que as declarações do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, no final de semana, foram conclusivas. "Não há o que ceder mais", disse o general. Desta forma, Passarinho defende a atuação de lobby contra a anistia como única opção dos chefes militares.

PMDB quer reintegrar marinheiros punidos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O PMDB estuda a possibilidade de aprovar, através de destaque com votação em separado, uma fusão de emendas que permita aos 1.509 marinheiros punidos com atos administrativos em 1964 voltar a integrar as Forças Armadas, na reserva, passando a receber proventos a partir de agora, como aconteceu com os militares cassados por motivos políticos. A questão foi longamente discutida, ontem à noite, durante uma reunião dos peemedebistas, liderada pelo senador Mário Covas, em que se analisaram as disposições transitórias.

"Não houve definição sobre as emendas que poderão ser aproveitadas pelo partido, mas esperamos encontrar um texto que beneficie os marinheiros", disse o deputado Antonio Britto (PMDB-RS). Em novo encontro, marcado para hoje de manhã, disse Britto, vai-se tentar encontrar um modo de enxugar o máximo possível o texto, eliminando as propostas absurdas, como a que

torna estáveis os funcionários públicos da administração direta, indireta e fundações que tiverem cinco anos ou mais de serviço público.

Outro artigo do texto do Centrão que preocupa a liderança do PMDB, segundo disse o senador Mário Covas, é o que retira dos estados e municípios quaisquer novos encargos em função da reforma tributária. "Até fiquei surpreso do governo não reclamar disso", disse Covas, depois de observar que "eles estavam tão preocupados com o mandato que se esqueceram de questões fundamentais como essa. Tenho a certeza de que tentarão resgatar o texto da Sistematização, que os beneficiaria, quando se depararem com o absurdo". A questão da anistia dos microempresários também preocupa a liderança do PMDB, mas o assunto será objeto de discussão apenas na reunião de hoje. A liderança do partido concordou, contudo, em que se fixe o prazo de um ano para as assembleias legislativas concluírem as Constituições estaduais, como prevê o texto do Centrão.

Projeto prejudica o governo, diz Delfim

A possível reintegração dos militares cassados em 64 aos quadros do Exército não terá como única consequência negativa o aumento do volume de gastos das Forças Armadas. A afirmação é do deputado Delfim Netto (PDS-SP). Segundo ele, pior que isso, o governo poderia sair totalmente desestabilizado logo depois da votação das disposições transitórias.

"As Forças Armadas não vêem com bons olhos essa aprovação, e com razão, pois a medida perturbaria a estrutura hierárquica interna do Exército. Os militares estão lutando para que não sejam reintegrados aqueles que foram dispensados pela quebra da disciplina, o que me parece inteiramente justo." Delfim acredita que não haverá perigo de desobediência caso a medida seja aprovada, mas admitiu que a área militar está totalmente mobilizada para impedir a aprovação da emenda. Para o deputado, os próprios militares cassados não estão querendo a efetiva reintegração. A seu ver, nenhum argumento é suficiente para que o Congresso aprove a medida.